

HISTÓRIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO

Edmundo Fernandes Dias

Por: Lucelma Braga, Paulino Orso, Celi Taffarel, Elza Peixoto, Maria de Fátima Pereira.

A revista *Germinal: Marxismo e Educação em Debate* em seu Número 3, Volume 2, trazendo como tema as relações entre História, Trabalho e Educação, entrevista um dos mais experientes militantes do movimento sindical brasileiro, o intelectual-militante Edmundo Fernandes Dias, professor aposentado do Departamento de Sociologia da UNICAMP, ex-secretário geral do ANDES Sindicato Nacional e autor de diversos livros entre estes Gramsci em Turim, *A liberdade (im)possível na Ordem do Capital*, *Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos*, *Revolução e História: das Teses ao Manifesto*. Nossa meta é obter deste intelectual militante uma avaliação das condições objetivas nas quais se processa a relação trabalho e educação no Brasil, à luz da ciência história.

G: Fale-nos um pouco sobre sua formação, sua atuação militante e produção intelectual.

D.: Minha formação está marcada pela profunda ligação com os movimentos sociais. Passo decisivo nessa formação deve-se à reação contra a instauração da ditadura burguesa sobre a tutela militar. Isto é decisivo: sempre me posicionei contrariamente à ideia de ditadura militar. Era muito mais que isso. Estava no início do curso de Ciências Sociais. Fizemos um Centro de Estudo de Ciências Sociais na universidade como forma de resistência. Resistência que implicava em ampliação do conhecimento. Não era uma pura resistência, mas a combinação entre formas de luta. Atraímos os estudantes não apenas dos universitários, mas também os jovens do Colégio de Aplicação. Não obstante o quase veto da direção da escola, trouxemos para o debate também os pais dos alunos. Depois, já em Niterói, fizemos um cineclube onde o debate pós-apresentação dos filmes foi decisivo na organização da luta estudantil. Eu funcionava como animador dos debates. Mas foi com minha vinda para São Paulo que descobri o movimento das classes subalternas.

Em 1968 estive em Santiago realizando um curso de pós na FLACSO. Assisti aquilo que para mim era inacreditável: a América Latina vivia um momento de ditaduras, mas o Chile parecia uma democracia burguesa estável. Ao contrário dos exilados passei a frequentar os latino-americanos. Resolvi trabalhar a questão da formação capitalista na América Latina, romper com o isolamento cultural e político do Brasil. Dizia-se que o Brasil estava voltado para o mar e a Europa. Pensei que era necessário viver voltado para a América e não apenas para a Europa. Queria, e comecei, a

conhecer as questões da historicidade, da subjetividade e das culturas aí existentes. Recebi um convite para trabalhar em Concepción, mas achei que era absolutamente necessário entender o Brasil. Quando voltei descobri que precisava estudar não apenas a história, mas a teoria e daí foi um passo para o estudo da epistemologia. Trabalhei para ser um bom professor: construir com os jovens a inteligência necessária para construir uma nova sociabilidade. Era, e é, necessário entender nossa realidade. Dei aula na PUC-RJ e na UFF. Durante um tempo fiquei como professor na Medicina preventiva da UERJ. Meu velho desejo de trabalhar com a saúde mental. Basaglia, Reich, Marx estavam na minha perspectiva e aí conheci a Gramsci.

Na segunda metade dos anos 70 vim para São Paulo onde “descobri” o movimento sindical, a luta pela anistia, a luta contra a carestia, etc. Foi uma época em que construímos instrumentos importantes: um partido e uma central. A burocracia sindical se apropriou desses instrumentos. Durante algum tempo militei neles (fui um dos fundadores da CUT). Fundamos a ADunicamp (base sindical dos docentes da Unicamp) e o ANDES-Sindicato Nacional (nosso sindicato nacional). Participamos de todas as lutas do período. Mas assistimos a CUT ser sequestrada pela burocracia. O Sindicato, com todas as suas contradições, foi o único que resistiu às pressões para aderir à ação neoliberal e depois à pressão do partido de Luís Inácio. Durante todo esse tempo percorremos este país, discutimos, avançamos na luta. Em uma síntese que eu gosto “faço política como quem dá aula, dou aula como quem faz política”. Um dos elementos centrais da minha intervenção foi a articulação entre o que produzia na academia e as questões democráticas (do ponto de vista comunista). Levei a sério a formulação de que a história é o laboratório e dele trouxe para a universidade – como esfera problemática – as questões da luta real para produzir academicamente.

G.: Frente aos muitos embates, conflitos e manifestações em diversos locais no mundo (África, Oriente Médio, Europa, América Latina e até mesmo na América do Norte – apesar de a imprensa esconder e camuflar). Qual a sua avaliação da conjuntura hoje? Como você está vendo estas lutas? Há nelas uma motivação comum? Há nelas motivações de classe? Em que se unificam e se diferenciam? Em grande medida, as manifestações de lutas atuais, em países europeus, latino-americanos, são expressões da resistência das classes que não suportaram/suportam os efeitos desastrosos do neoliberalismo. Como você avalia o resultado de quase duas décadas de implementação do modelo neoliberal na América Latina e no Brasil? Há algo a atualizar em relação à avaliação da conjuntura que fez em Política brasileira: embate de projetos hegemônicos?

D.: Questões extremamente complexas. Penso, como hipótese, que o que unifica esses movimentos é a “utopia da liberdade” que é “necessário cultivar e praticar” como adverte Annamaria Rivera. Utopia como projeto a ser permanentemente atualizado, nunca como desejo abstrato.

Embora nestes movimentos estejam presentes elementos classistas eles não são os dominantes. Estão subsumidos, na sua imensa maioria, às questões utópicas da negação radical da opressão. Por outro lado vemos a brutalidade e o oportunismo dos governos de direita como Berlusconi, Sarkozy et cetera. Vemos nesta análise uma interferência dos “neocons”, novo nome para os “falcões” do

imperialismo. Não podemos esquecer duas questões: a presença genocida das forças israelenses e a questão dos recursos (a Líbia é uma forte concentração petrolífera em um espaço em que a imensa maioria está concentrada em alguns núcleos urbanos em um território fortemente desabitado). Mubarak, Kadhafi, os déspotas africanos eram “amigos do imperialismo”, agora são apontados como o “Eixo do Mal”. Eles garantiam a tranquilidade para o imperialismo (aí incluído o israelense). Veja-se a imensa demora do reconhecimento estadunidense ao movimento popular que derrubou Mubarak, peão da “legitimação do imperialismo israelense”, títtere no tabuleiro do xadrez internacional. E demoraram porque Mubarak era fundamental no equilíbrio geopolítico da região. No fundamental observamos, que fora as ditaduras não derrubadas nos outros países, algo como uma retomada do poder por antigos dominantes ou por novos, mas que essencialmente reprimem como os antigos. Quando as massas populares saem de cena eles voltam. A “nova” constituição egípcia será feita por um grupo de sábios, mas não pelos representantes da luta.

Há ainda movimentos como os “indignados” e os “ocupe Wall Street”. Seu significado ainda está por definir-se. A indignação pode destruir, resta saber o que virá em seu lugar. De todo modo a repressão que começa a ser exercida indica que esses movimentos colocam o capitalismo na berlinda.

Quanto aos movimentos na América Latina é necessário entender a generalização do lulismo: a Frente Ampla, no Uruguai, Evo Morales, na Bolívia, etc., entre outros. Creio que é necessário aprofundar a análise sobre o chavismo, embora eu pense que um regime castrense está longe, do meu ponto de vista, de uma democracia.

O que chamo de lulismo é nada mais, nada menos que a forma latino-americana da revolução passiva. Governos se elegem a partir de bases populares e logo se tornam implementadores do chamado neoliberalismo. Renegam, na prática, suas bases sociais ao construírem a subordinação máxima ao Capital. Gostaria, para sintetizar, de dizer que ou o movimento popular rompe a cadeia do silêncio dos subalternos ou nada ocorrerá. A grande questão é: trata-se de insurreições ou de revoluções. Por enquanto digo que estamos diante de insurreições. Coloca-se como inadiável o momento da catarse – segundo Gramsci – isto é passar do momento econômico corporativo ao momento ético-político.

G.: Nos últimos tempos, também temos observado diversos intelectuais “profetizarem” o fim do capitalismo e afirmarem que está em seu ocaso. Você concorda com esta tese? Qual a sua posição a respeito das contradições e conflitos entre o modo de produção existente e as relações de produção que estão se desencadeando?

D.: Temos que ter muito cuidado com esse tipo de afirmação. Há, pelo menos, duas leituras sobre isso. A primeira é uma forma mistificada. Nela o capitalismo, o imperialismo), precisa desidentificar-se com a questão da exploração e da opressão. Também é absolutamente relevante afirmar que outro mecanismo ideológico intervém aí. Se o capitalismo é cognitivo isto significa uma deslegitimação do trabalho, das lutas de classe. Esses teóricos “esquecem” que mesmo com o peso das novas

tecnologias o trabalho é produtor dessas “novas forças produtivas”. Uma leitura que ignore isso é fraude pura e simples.

Na segunda leitura essa afirmação é apresentada via diminuição do número de trabalhadores, pela diminuição da força e do número de sindicalizados. O mecanismo funciona a partir da identificação trabalho = trabalho manual, por um lado, e, por outro a diminuição da força sindical “ignora” objetivamente o fato de que as grandes empresas recusam contratar e, quando contratados, trabalhadores são impedidos objetivamente de apresentar-se como cidadãos-sindicalizados. Exemplar é a política da Walmart que recusa a contratação de sindicalizados. Há ainda o massacre do trabalho na forma asiática (Indonésia, etc.)

Trabalhando sobre as aparências (necessárias ao Capital) esses “profetas de mal agouro” impedem-se de captar a essência do Capital, que é a produção e a reprodução das relações capitalistas. E isto significa apagar o antagonismo. Marx afirmou que o capitalismo é “a contradição em processo”. Por último é necessário afirmar que essas “profecias auto-cumpridas” e as legislações contra o Trabalho “permitem” mais uma vez ignorar a relação do trabalho imaterial e a prática das classes subalternas.

G.: Este ano o ANDES – Sindicato Nacional completa 30 anos de história de luta, qual foi, do seu ponto de vista, a principal contribuição deste sindicato para a sociedade brasileira e quais as perspectivas de luta em relação aos desafios colocados neste contexto de aprofundamento da contrarreforma universitária?

D.: Recuso a idéia de “contrarreforma” por ser mistificadora. Usar essas fórmulas “contra-” é aceita-las no mesmo campo do que propõe o governo dito democrático-popular. Mais que nunca é urgente construir o nosso (das classes subalternas) projeto. O ANDES-Sindicato Nacional, pela sua própria existência, já foi e é em si mesmo uma grande vitória, apesar de muitos impasses e deficiências. Recusou a forma da estrutura sindical desvinculando-se do Estado, autofinanciando-se e organizando-se por local de trabalho. O sindicato foi muitas vezes chamado de partido porque enfrentou as grandes questões normalmente feita pelos partidos, por exemplo a luta contra a entrega do patrimônio via Lei das Patentes. Outras lutas como a organização via sindicatos, centrais, sociedade e sociedades científicas de leis como o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a do Plano Nacional de Educação.

G.: Como você vê o sindicalismo em geral na atualidade? Qual o papel que você entende que os sindicatos deveriam exercer? Estão conseguindo cumprir este papel hoje?

D.: O sindicalismo brasileiro vive um momento de grande integração à ordem. No início dos anos 90 eu falava em integração passiva à ordem. Hoje a maioria está integrada ativamente. São cidadãos e sindicalistas do capital. A ascensão ao governo de um bloco sindical-financeiro-latifundiário não libera as classes, integra-as apenas. Mais do que isso, com as exceções de alguns sindicatos e movimentos

populares, as lideranças integradas passaram à condição de funcionários-gerentes dessa ordem. Quando a CUT transformou-se em agência eleitoral com a tarefa de eleger Luís Inácio as lutas das categorias foram subsumidas a este projeto. Direções do MST ocupam cargos de direção nos órgãos da “reforma” agrária e publicamente assumiram que as ocupações estariam suspensas durante o período eleitoral. Há aqui uma crise de direção: bases radicalizadas, direções governamentais. O movimento sindical do serviço público negocia com os antigos *compagnons de route* que antes discutiam a partir do movimento e que agora o fazem como funcionários do Estado. E, sejamos claros, falar em “negociar” é uma bruta metáfora: não existe “negociação”, apenas “negociação” por parte do governo democrático-popular *new fashion*.

As organizações das classes subalternas deveriam exercer funções de articulação da consciência classista, manter o caráter autônomo e democrático. Para tal teriam que construir com a classe – e não sobre ela – projetos de uma nova sociabilidade. Para tal é necessário abandonar a perspectiva da categoria e assumir a da classe. Quando elas trabalham na perspectiva da categoria, no máximo, educam a classe para conseguir uma melhor posição na Ordem do Capital sem, contudo contestar essa Ordem. E representa basicamente os sindicalizados, “esquecendo” ... o resto da classe. Quando sua ação se faz a sob a perspectiva da classe elas podem educar visando à construção de uma nova sociabilidade, a do comunismo. Obviamente eles não estão – na sua imensa maioria atuando com autonomia. Um projeto de realização dessa tarefa é (ou deve ser) feito por uma entidade que reúna as diversas formas da classe (por tipo de trabalho, locais de moradia, formas culturais, juventude, etnia, gêneros, etc.).

G.: Qual a sua posição a respeito dos partidos políticos e a relação que estabeleceram com o estado/poder na atualidade? Algum deles ainda representa de fato os interesses da classe trabalhadora? Qual deveria ser realmente o papel de um partido comprometido com a classe trabalhadora?

D.: É sempre salutar a presença de partidos que se colocam à esquerda do cenário político. O grande problema é saber se a sua ação é a da tradução dos interesses da classe ou não. A direita sempre busca deslegitimar a ação orgânica das classes subalternas, condenando o que ela chama de partidização à ação dos organismos da classe trabalhadora. O grande risco é o da substituição da vontade do partido anulando o da classe. A maioria dos nossos partidos *de gauche* atua burocrático-parlamentarmente. Os recentes escândalos demonstram isso. A minoria daqueles partidos que buscam ter uma invenção concreta não tem recursos materiais para realizar essas tarefas.

G.: O que tem representado para a classe trabalhadora brasileira estes quase 09 anos de governo do partido dos trabalhadores? Em sua visão, qual a situação da classe trabalhadora no Brasil? Qual a situação de suas organizações e, quais as possibilidades abertas para o salto qualitativo por incorporação do mais avançado e superação do mais atrasado? Qual a sua avaliação das políticas de formação dos trabalhadores brasileiros em relação aos projetos

históricos em disputa? A política educacional do PT faz a formação dos trabalhadores avançar? Há diferenças entre os governos Dilma e Lula? Em sua visão, qual a situação da classe trabalhadora no Brasil? Qual a situação de suas organizações e, quais as possibilidades abertas para o salto qualitativo por incorporação do mais avançado e superação do mais atrasado? A sua leitura da realidade é marcada pela “lente” gramsciana. Para você, qual a principal contribuição de Gramsci para o entendimento do fenômeno educativo? Há teses a atualizar no que toca à construção dos processos revolucionários?

D.: Sempre haverá teses a atualizar. Um dos erros da burocracia estalinista residiu em uma concepção de supra-historicidade. Ao impor, por exemplo, a teoria das etapas (fora e acima das vidas e lutas dos(as) trabalhadores(as)) impunha uma subordinação da historicidade e subjetividade das classes trabalhadoras. Há que romper com o determinismo. Por isso faz-se necessário conhecer a vida e as lutas dos trabalhadores. Do mesmo modo temos que entender e praticar a hegemonia articulando-a com a educação (seja na família, na escola, no trabalho, na política), ver como o modo de vida atua inibindo ou possibilitando a construção de uma nova sociabilidade.

Sobre as políticas de formação elas visam não a qualificação, mas o gorila amestrado como acentua Gramsci. Diferenças e semelhanças entre Luís Inácio e Dilma existem e não são poucas. Dilma é um quadro administrativo, sem base popular ao contrário do ex-presidente. É, portanto, estruturalmente dependente. Quanto ao papel dos partidos, nove anos após o comando do estado pelo bloco do poder financeiro-sindical-latifundiário podemos afirmar que tanto eles quanto a maior parte dos movimentos sociais está, em grande medida, decapitado nas suas direções. Se em algum canto cabe a análise de uma “crise de direção” aqui ela está presente.

Os movimentos estão inteiramente dominados? Não creio. Mas, em sua maioria sim. Penso que a presença de uma Central Sindical e Popular como a CONLUTAS é um dado novo nesse tabuleiro. Há afinal um reconhecimento que trabalhador não é apenas aquele que tem carteira assinada; que o movimento do Capital deu novas formas e criou novas opressões. Impôs a muitos acadêmicos e trabalhadores a ideia de que “a classe operária não existe mais. Mas é quem sempre leva ferro”, como afirmou Georges Labica. Diria, por fim, é inadiável a possibilidade de uma nova universalidade: a da subjetividade e historicidade não de trabalhadores míticos, mas de mulheres e homens concretos. Mas nada de fatal. Ou fazemos isto ou permaneceremos em um abismo abissal entre o que a classe necessita e o que efetivamente consegue.

G.: *E qual a importância da educação para a construção da sociedade socialista? É possível pensar numa educação de classe/voltada aos interesses da classe trabalhadora?*

D.: É possível pensar a educação como instrumento para a construção de uma nova subjetividade, comunista. Há uma diferença radical, não semântica, entre educação de classe e educação voltada para a classe. Nesta última situação trata-se de um movimento de fora para dentro. Apesar da legitimação aparente via Lenin (“a consciência socialista vem de fora produzida pelos grandes intelectuais

burgueses”): nesta perspectiva a história, as subjetividades operárias não são consideradas; na educação de classe dá-se justo o contrário: a experiência da classe ganha uma dimensão marcada pelas condições estruturadas no modo de produção capitalista. Trata-se de passar da primeira para a segunda. O papel dos intelectuais classistas é trabalhar com a classe, com essa experiência traduzindo-a em um novo e superior modo de vida, criando o verdadeiro comunismo – não o que chamamos de “socialismo realmente inexistente”. Gramsci afirmava que “todos somos intelectuais”.

Recebido em: 12/2011

Publicado em: 05/2012.